

Público

04-02-2012

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 51453

Temática: Administração Pública

Dimensão: 154

Imagem: S/Cor

Página (s): 11

Governo vai negociar novo estatuto remuneratório para forças de segurança

Sofia Rodrigues

● Na semana em que o novo diretor nacional da PSP, Paulo Valente, pediu um novo estatuto remuneratório, o primeiro-ministro Pedro Passos Coelho foi ao Parlamento anunciar que o Governo se prepara para negociar esse regime para aquela força de segurança, mas lembrando que foi “empurrado” pelo anterior executivo de José Sócrates.

Numa resposta ao líder da bancada do CDS-PP, Nuno Magalhães, que falou no debate quinzenal com o primeiro-ministro sobretudo de matérias de segurança, Passos Coelho admitiu que “o Estado foi empurrado para a negociação de um novo acordo remuneratório”, sem o qual não será possível resolver as injustiças criadas anteriormente.

O primeiro-ministro sublinhou que o anterior Governo socialista assumiu compromissos financeiros para os quais “não teria dinheiro”.

Mas, prosseguiu, “foram assumidos, semeando o maior descontentamento e injustiça entre as forças de segurança”.

Pedro Passos Coelho lembrou que já foi necessário acrescentar ao Orçamento do Estado para este ano uma verba de nove milhões de euros para acudir às “injustiças mais gritantes” criadas pelo estatuto negociado pelo ex-ministro da Administração Interna Rui Pereira e que seriam necessários mais 60 milhões de euros para cumprir na totalidade o acordo remuneratório estabelecido pelo governo socialista de José Sócrates e que, segundo o primeiro-ministro, não podia ter si-



O líder parlamentar do CDS-PP, Nuno Magalhães, aproveitou o debate quinzenal para falar de segurança

do concluído “naquelas condições”.

O estatuto remuneratório tem sido um dos aspectos mais contestados pelos sindicatos da PSP que consideram ter criado injustiças salariais entre os agentes tendo em conta os anos que têm de carreira.

O líder da bancada parlamentar dos centristas, Nuno Magalhães, também não deixou escapar a oportunidade para falar dos julgamentos rápidos em caso de flagrante delito, o compromisso de alteração à lei que o CDS conseguiu como moeda de troca de uma cedência no projecto da criminalização do enriquecimento ilícito.

Segundo Pedro Passos Coelho, a consagração dos julgamentos rápidos visa “consolidar a imagem de prestígio e a própria autoridade do Estado e dos seus agentes”, acrescentando “justiça”, “prestígio” e “autoridade” ao “cumprimento das missões públicas que cabem aos agentes de segurança”.